



PROJETO DE LEI nº 037/2017

Origem: Poder Executivo

Concede incentivos a empresa ROSELI MARISTELA JAEGER visando a transferência de suas atividades para a Incubadora Empresarial de Passa Sete e dá outras providências.

Art. 1º. Observada as disposições da Lei Municipal nº 631, de 18 de abril de 2006, e da Lei Municipal nº 277, de 22 de fevereiro de 2001, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos a empresa **ROSELI MARISTELA JAEGER**, CNPJ nº 27.022.178/0001-90, estabelecida a Rua Guápia, nº 278, Pavilhão 01, Bairro Centro, nesta cidade de Passa Sete/RS, visando a transferência de suas atividades de “*fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente (25.99-3/99), serviços de confecção de armações metálicas para construção (25.99-3/01) e fabricação de esquadrias de metal (25.12-8/00)*” para junto a Incubadora Empresarial de Passa Sete, gerando novas fontes de emprego e renda, além de incremento nos retornos fiscais ao Município.

Art. 2º. Os incentivos de que trata esta Lei consistem na PERMISSÃO DE USO, a título precário e por tempo determinado, de uma sala junto a Incubadora Empresarial de Passa Sete, situada à Rua Guajuvira, área industrial desta cidade.

Parágrafo único. A permissão de que trata esta Lei é pelo prazo certo e determinado de 3 (três) anos, prorrogáveis por mais 1 (um), contados da data de assinatura do respectivo Termo de Permissão.

Art. 3º. Além das obrigações a que se referem os artigos 4º, inciso I, e 5º da Lei Municipal nº 631/2006, a empresa terá que:

I - transferir suas atividades para a área/sala cedida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do respectivo Termo de Permissão;

II - gerar, de imediato, 1 (um) emprego direto, ampliando este número para 3 (três) no segundo ano e para 5 (cinco) no terceiro ano de permissão;

III - ampliar gradualmente sua produção e seu faturamento, conforme meta proposta quando da solicitação dos incentivos;

IV - comprovar, anualmente, ao final de cada exercício, o aumento dos retornos fiscais ao Município;

V - obter junto aos órgãos competentes as respectivas licenças ambientais de instalação e operação, assim como alvarás, planos de prevenção de combate a incêndio e demais licenças e/ou exigências necessárias ao exercício da atividade;

VI - custear as despesas de manutenção e conservação do prédio, assim como de aquisição, manutenção e conservação dos equipamentos e materiais necessários ao exercício da atividade;

VII - restituir o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu, seja ao término da permissão e/ou quando da retomada antecipada em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

VIII - custear integralmente qualquer despesa e/ou valor apurado pelo Município em função da permissão de uso a que se refere esta Lei.



Art. 4º. A permissão de que trata esta Lei será formalizada em Termo próprio onde conste, ao menos:

- I - as condições em que a empresa está recebendo o imóvel;
- II - as obrigações a serem cumpridas pela empresa ao longo da permissão;
- III - a responsabilidade da empresa pelo custeio integral de qualquer despesa decorrente da manutenção, conservação e recuperação do imóvel, inclusive aquelas eventualmente apuradas e/ou verificadas pelo Município ao término da permissão;
- IV - a possibilidade de retomada imediata do imóvel pelo Município em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas pela empresa permissionária.

Art. 5º. O acompanhamento e fiscalização das exigências e condições previstas nesta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico que registrará em termo próprio eventuais falhas e/ou inconformidades apuradas/constatadas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passa Sete/RS, aos 13 dias do mês de junho de 2017.

Bertino Rech
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI nº 037/2017
Origem: Poder Executivo

Colenda Câmara:

Considerando a possibilidade de transferir suas atividades para a área industrial desta cidade, a empresária ROSELI MARISTELA JAEGER solicitou a cedência de uma sala junto a incubadora empresarial, onde possa exercer as atividades de "*fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente (25.99-3/99), serviços de confecção de armações metálicas para construção (25.99-3/01) e fabricação de esquadrias de metal (25.12-8/00)*".

Em contrapartida, se propõe a gerar, de imediato, 1 (um) emprego direto, ampliando este número para 3 (três) no segundo ano e para 5 (cinco) no terceiro ano de permissão. Além disso, se compromete em ampliar a produção e o faturamento e, por consequência, os retornos fiscais ao Município ao longo da permissão.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 631, de 18/04/2006, relaciona em seu art. 3º, os incentivos que o Município poderá conceder em função da expressão econômica e social do empreendimento. E dentre estes, está a concessão de uso de bens imóveis. Some-se a isso, as disposições da Lei Municipal nº 277, de 22/02/2001, que regulamenta o uso e a cedência da incubadora empresarial.

No caso, entendemos que a cedência de uma sala junto a incubadora empresarial é mais vantajosa ao Município do que mantê-la ociosa, pois fará com que a empresa possa utilizá-la no desenvolvimento de suas atividades, gerando novas fontes de emprego e renda, assim como incremento nos retornos fiscais ao Município, além de desonerar o Município de eventuais despesas com manutenção e conservação de prédios.

Deste modo, submeto a apreciação do Legislativo Municipal este Projeto de Lei, solicitando, desde logo, que seja analisado e votado o mais breve possível, a fim de que possamos formalizar a cedência da referida sala e, com isso, permitir que a empresária transfira suas atividades para a área industrial também o mais breve possível, gerando novas fontes de emprego e renda, além de maiores retornos fiscais ao Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passa Sete/RS, aos 13 dias do mês de junho de 2017.

Bertino Rech
Prefeito Municipal